

## **Um capitalismo colonial-racista?**

### **O exemplo da privatização da empresa de distribuição de energia elétrica no Rio Grande Sul**

Valdete Souto Severo<sup>1</sup> e Dana Shannon Savitskii<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo visa investigar as movimentações do capital no Brasil, em constante interconexão com o capital mundial, a partir do desenvolvimento da indústria da energia elétrica nacional. Partindo de um setor estratégico para a economia e para a sociabilidade humana, cuja centralidade reflete o aprofundamento do capitalismo, é possível relacioná-lo com a estruturação do Estado brasileiro ao longo do século XX, apoiado sobre as bases profundamente racistas do país, dado ser o ente público o responsável pela implantação e expansão deste setor. Por fim, a partir da liberalização da economia nacional ocorrida a partir da década de 1990, o exemplo da privatização da companhia de distribuição de energia elétrica estadual do Rio Grande do Sul desvela a policrise atualmente vivenciada: do Estado, do trabalho, do capital e do meio-ambiente.

**Palavras-chave:** energia elétrica; Estado; desenvolvimento do capitalismo; crítica marxista; crise.

#### **A colonial-racist capitalism?**

### **An example from the privatization of the state electric power company of Rio Grande do Sul.**

#### **ABSTRACT**

This article aims to investigate the movements of capital in Brazil, in constant interconnection with global capital, based on the development of the national electric

---

<sup>1</sup> Pós doutora em Ciências Políticas pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Direito do Trabalho pela USP - Universidade de São Paulo e Mestre em Direitos Fundamentais pela Pontifícia Universidade Católica - PUC do RS. Professora de direito e processo do trabalho na UFRGS. Juíza do trabalho da Quarta Região desde 2001. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital - USP e UFRGS e membra do RENAPEDTS - Rede Nacional de Pesquisa e Estudos em Direito do Trabalho e Previdência Social. Especialista em Processo Civil pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo; de Especialista em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário pela UNISC - Universidade de Santa Cruz, RS. Master em Direito do Trabalho, Direito Sindical e Previdência Social, pela Universidade Europeia de Roma - UER (Itália). Especialista em Direito do Trabalho e Previdência Social pela Universidade da República do Uruguai. Atualmente é Pesquisadora colaboradora em nível de pós-doc junto ao programa de pós-graduação em Filosofia da UNICAMP/SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1145-8140>. E-mail: [valdete.severo@gmail.com](mailto:valdete.severo@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Política Social no Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital - USP e UFRGS e membra do RENAPEDTS - Rede Nacional de Pesquisa e Estudos em Direito do Trabalho e Previdência Social. <https://orcid.org/0009-0005-5993-2085>. Emai: [dana.savitskii@hotmail.com](mailto:dana.savitskii@hotmail.com)

power industry. From a strategic sector for the economy and human sociability, whose centrality reflects the deepening of capitalism itself, it is possible to relate it to the structuring of the Brazilian State throughout the 20th century, supported by the country's deeply racist foundations, given that the public entity was responsible for the implementation and expansion of this sector. Finally, considering the liberalization of the national economy that occurred in the 1990s, the example of the privatization of the state electric power company of Rio Grande do Sul reveals the polycrisis currently experienced: of the State, of labor, of capital and of the environment.

**Key-words:** electric power, the State, capitalist development, marxist critique; crisis.

## 1. Introdução

Tratar da privatização de uma atividade estratégica como o fornecimento de energia, água, tratamento de esgoto, entre outras, é tratar da possibilidade de viver com um mínimo de decência, afinal a energia elétrica é condição para o acondicionamento de comida perecível, para o funcionamento de aparelhos que mantém a vida de pessoas debilitadas, para tomar um banho quente ou acessar os meios digitais de comunicação. Tudo isso está diretamente relacionado a um modo específico de viver em comunidade, a que convencionamos chamar capitalismo.

Neste artigo, partimos do pressuposto de que o capitalismo não é um sistema econômico, mas sim uma forma complexa de sociabilidade, que determina nossas relações afetivas e sociais, o modo como podemos ter acesso aos bens indispensáveis à sobrevivência, como compreendemos o nascimento, a educação, a saúde, a tecnologia e a morte. A tecnologia que nos habilita a usar a energia elétrica é uma das principais marcas do tempo histórico em que o capitalismo se consolida na Europa e é imposto nas Américas. É também fator central para a compreensão da catástrofe climática que colocamos em marcha, desde o momento em que acreditamos poder dominar os demais seres.

Como a análise parte de uma compreensão marxiana, também consideramos como pressuposta a ideia de Estado como forma política do capital. Ao contrário de ser um terceiro neutro que gere a vida em comum desde um ideal mítico de contrato social, o que temos são instituições pensadas e geridas para manter o poder político e econômico sempre nas mesmas mãos. Em um país colonizado como o nosso, essa dominação se dá por meio do discurso de racialização dos corpos, algo que não é lateral na análise de opções políticas, como a de privatizar a empresa que fornece o serviço de energia elétrica.

Por isso, o exemplo que trazemos para a análise dessa condição colonial escravista do capitalismo brasileiro é o caso da privatização da energia elétrica no Rio Grande do Sul. Na primeira parte, vamos tratar da centralidade estratégica da indústria da energia elétrica para um estado capitalista. Em seguida, abordaremos o desenvolvimento do serviço de energia elétrica no Brasil e as consequências da trágica opção de privatizar, para então tratar especificamente do caso da privatização da CEEE. O futuro da privatização como prova de descompromisso com o desenvolvimento social e ambiental é a última parte do artigo.

Com ele, esperamos contribuir para o debate sobre a necessidade urgente de transformação radical e profunda da nossa forma de produzir e gerir os recursos necessários à vida, inclusive a energia elétrica.

## **2. A centralidade estratégica da indústria da energia elétrica**

No Brasil, o capitalismo chega com a invasão portuguesa<sup>3</sup>. Com os europeus, também chega por aqui o Direito tal como o reproduzimos até hoje; a ideia de progresso como acúmulo de riqueza e desenvolvimento tecnológico; a noção de Estado, assim como as formas de extração e comercialização da energia elétrica.

Este artigo está sendo escrito, logo após um evento extremo, com ventos de velocidade antes não registrada na cidade. O evento ocorreu há dias e o restabelecimento da energia elétrica ainda não foi realizado na Vila Cruzeiro. O povo foi para a rua reclamar a presença do Estado e ele compareceu, sob a forma de gás lacrimogêneo e bala de borracha<sup>4</sup>. A empresa que gere o serviço é privada. Bairros nobres não foram afetados e aqueles porventura diretamente atingidos já tiveram o serviço regularizado.

Esse é o quadro emblemático do que pretendemos escrever neste tópico: porque a produção e distribuição de energia elétrica é atividade estratégica e o que significa, em termos de possibilidade de viver com decência, o processo de privatização desse serviço público. Em um modo capitalista de existir em comunidade, não há possibilidade de viver bem sem fornecimento regular de energia elétrica industrializada. Sublinhamos

---

<sup>3</sup> SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

<sup>4</sup> BRANDES, Marcela. Moradores da vila Cruzeiro protestam contra falta de energia e enfrentam repressão policial em Porto Alegre (RS). **Brasil de Fato**. Porto Alegre. abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/03/moradores-da-vila-cruzeiro-protestam-contrafalta-de-energia-e-enfrentam-repressao-policial-em-porto-alegre-rs/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

isso, porque não é um dado da natureza que o nosso modo de vida, com a aposta no desenvolvimento da indústria de energia elétrica, seja efetivamente o melhor. Ao contrário, se pensarmos na catástrofe climática que estamos vivendo, é possível sustentar exatamente o oposto.

O exemplo trazido por Eliane Brum, no texto *A conversão dos Povos-floresta em pobres*, é bastante exemplificativo. Ela relata como a expulsão de famílias ribeirinhas para a construção da usina de Belo Monte em Altamira significou retirar-lhes toda a possibilidade de viver dentro de uma racionalidade não-capitalista<sup>5</sup>. Muitas dessas pessoas viviam sem água encanada ou energia elétrica. Tiravam seu sustento do rio e da floresta. Essas pessoas sentiam-se ricas, pois tinham uma existência plena, embora completamente fora do que compreendemos como “vida digna”.

O ponto aqui é perceber como a forma de extração e comercialização da energia está vinculada à racionalidade capitalista que, em nosso caso, é estruturada a partir do discurso de racialização dos corpos. Em um tal contexto, mais do que instituição para disfarçar a dominação da classe capitalista sobre o proletariado, o Estado apresenta-se como uma espécie de feitor, que realiza esse disfarce por meio da opressão direta a determinados corpos. Daí porque existem comunidades inteiras, nas grandes cidades, que não recebem o fornecimento de energia elétrica regular. Essa é a mesma razão pela qual eventos climáticos extremos têm consequências que não são solucionadas pelo Estado com a mesma velocidade, a depender do local em que moram e, portanto, da condição econômica das pessoas afetadas.

A história do desenvolvimento científico-tecnológico está umbilicalmente ligada, portanto, à modernidade, representada pelos avanços técnicos, que engendraram uma nova percepção do conhecimento e do próprio ser humano. Hannah Arendt, em *A Condição Humana*<sup>6</sup>, refere que a invenção do telescópio determinou uma profunda transformação naquilo que se compreendia como verdade. Junto com outras tecnologias, permitiu a navegação e, portanto, a invasão e conquista de novos territórios, assim como a produção de mercadorias em larga escala. A energia elétrica se insere nesse contexto, em que já estava consolidada a percepção do homem (branco, europeu, proprietário) como conquistador e dominador da natureza e dos povos ditos bárbaros.

---

<sup>5</sup> BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó**: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, pp. 108-116.

<sup>6</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

Ao mesmo tempo em que se iniciava a corrida de descoberta dos usos da energia elétrica para o avanço da mecanização da industrialização, inicialmente nos países centrais e, progressivamente, nos países periféricos, havia, também, em sua dimensão político-ideológica, relação direta dessa tecnologia com o estruturamento do Estado e as noções de desenvolvimento social, melhoria da qualidade de vida da população e liberação da necessidade de realizar trabalhos improdutivos.

O avanço tecnológico acelerado foi instrumental para o aprofundamento da industrialização (e, conseqüentemente, o aprofundamento da exploração dos trabalhadores e da apropriação de mais-valia), na medida em que era possível colocar máquinas no ambiente de trabalho e realizar atividades mesmo durante a noite. É interessante perceber que mesmo na URSS, havia uma ideia de que a construção do socialismo se daria pelo binômio poder dos soviets e eletrificação do país<sup>7</sup>. Ambos os aspectos tratam do mesmo fenômeno: confrontadas com as infinitas possibilidades apresentadas e realizadas pela progressiva noção do manejo e controle da energia elétrica, as diferentes esferas políticas e econômicas das sociedades em todo o mundo buscaram extrair delas os mais diversos sentidos<sup>8</sup>. Assim, esta inovação abriu um espaço central na organização da vida em sociedade, fazendo com que a energia elétrica assumisse caráter de indispensabilidade<sup>9</sup>.

A energia elétrica, ao colocar a maquinaria em movimento, ampliou consideravelmente a expansão capitalista, tendo em vista o aumento substantivo da massa de mercadorias produzidas, possibilitando a realização, por uma única máquina, do trabalho equivalente ao de inúmeras pessoas trabalhadoras. Não foi diferente no Brasil. Trata-se de uma indústria intensiva em capital, na medida em que “um único produto implicava no estabelecimento de toda uma nova cadeia de produtos”<sup>10</sup>, a saber, a construção das linhas de produção, o desenvolvimento de pesquisas, a capacitação dos trabalhadores especializados, entre outros.

De múltiplas formas, o manejo da energia elétrica, tal como o concebemos atualmente, e a consolidação desta indústria específica, com seu novo mercado de

---

<sup>7</sup> LENIN, Vladimir Ilitch. **Lenin's Collected Works**. 4. ed. Moscou: Progress Publishers, 1965.

<sup>8</sup> HUGHES, Thomas P. **Networks of Power**: electrification in western societies, 1880-1930. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983, p. 2.

<sup>9</sup> ARENTZ, Carlos Augusto. **Energia como serviço**: proposta de reestruturação do atendimento da demanda incluindo externalidades. 2014. 306 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Economia, Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 102.

<sup>10</sup> GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 54.

produtos e serviços, impactou a vida (humana e não-humana) na Terra, transformando-a completamente. Recentemente, há escritos sobre o que os cientistas chamam poluição luminosa<sup>11</sup>, sem falar nos efeitos sobre a vida dos demais seres vivos<sup>12</sup>. A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) afirma em seu site que o fato de boa parte da energia provir de combustíveis fósseis, em especial do carvão, da queima de gasolina e óleo diesel, do gás natural e de outros derivados de petróleo como o óleo combustível implica a emissão de “grande quantidade de GEE para a atmosfera”, diretamente relacionadas com os eventos climáticos extremos que estamos vivendo<sup>13</sup>.

Essas múltiplas facetas (econômico-político-sociais-ambientais) fazem da indústria da energia elétrica um *locus* privilegiado de disputa pelo seu controle e, ao mesmo tempo, de campo para problematizar as incoerências e impossibilidades do capitalismo. Quem detém os meios de produção da indústria da energia elétrica detém, conseqüentemente, um poder incalculável, e as escolhas políticas que são feitas na gestão desse recurso, especialmente a escolha de privatizar, impactam diretamente a economia, mas também as condições de possibilidade da existência de vida na Terra.

Em razão dessa importância, os Estados nacionais passaram a, progressivamente, intervir no setor. O fato de não ser possível estocar energia, em uma sociedade na qual somos completamente dependentes de seu fornecimento, faz com que a geração e o consumo sejam concomitantes, em uma complexa organização da produção. A compreensão da importância desse setor fez com que transitássemos por fases, desde a regulação da prestação de serviços ao monopólio estatal da indústria<sup>14</sup>.

### **3. O desenvolvimento do serviço de energia elétrica no Brasil: a opção trágica de privatizar**

Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a evolução da indústria da energia elétrica nos países de capitalismo central foi acompanhada pela sua expansão global, principalmente na América Latina (Brasil, México e Argentina). Grandes companhias europeias (alemãs, inglesas, belgas e suíças) e norte-americanas (estadunidenses e canadenses) capitanearam a criação deste mercado nas regiões

---

<sup>11</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44177666>, acesso em 02/4/2025.

<sup>12</sup> Nesse sentido: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqq4xd9dy4ko>; <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/591727-os-impactos-ambientais-das-linhas-de-transmissao-de-energia-eletrica-entrevista-especial-com-larissa-donida-biasotto>, acesso em 02/4/2025.

<sup>13</sup> <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/clima-e-energia>, acesso em 02/4/2025.

<sup>14</sup> HAUSMAN, William J.; HERTNER, Peter; WILKINS, Mira. **Global Electrification: multinational enterprise and international finance in the history of light and power, 1878-2007**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008, p. 23.

consideradas menos desenvolvidas. A expansão econômica representava tamanho volume de capital que bancos e intermediadores financeiros internacionais atuavam intensamente para resguardar seus interesses no retorno financeiro desses investimentos, além de se envolver diretamente nas operações, integrando o quadro de diretores e elaborando os contratos<sup>15</sup>.

Este contexto demonstra o aprofundamento do imperialismo, como proposto por Lenin, no qual “os bancos, em todo caso, em todos os países capitalistas, (...) intensificam e tornam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios”<sup>16</sup>. Verifica-se, então, que não apenas a energia elétrica facilitou a expansão do capital, mas também a sua própria indústria é, em si mesma, um setor de valorização do valor. Com o fim da Primeira Guerra, as consequências do conflito armado se desdobraram em dois principais aspectos no setor: aumento da intervenção estatal, tendo em vista o peso econômico e militar que a energia elétrica assumiu, e a redução da atuação das grandes empresas europeias. Iniciou-se, pois, o processo de “domesticação” da indústria, que se consolidou após a Segunda Guerra<sup>17</sup>.

Este movimento pendular da indústria da energia elétrica acompanhou a reconfiguração internacional dos Estados capitalistas e os papéis por eles assumidos. Considerando os horrores causados pelas duas guerras mundiais, a expansão e a concentração de capitais, a multiplicação da luta de classes e a ameaça comunista, as esferas políticas e sociais do mundo ocidental passaram a demandar novas respostas estatais<sup>18</sup>. Por sua vez, o Estado passou a ser o fiador direto de uma série de demandas sociais e econômicas, figurando, nesta última, a indústria da energia elétrica.

Este foi também o movimento geral observado no Brasil, no que tange ao desenvolvimento de sua própria indústria da energia elétrica. Enquanto país colonizado, organizado a partir da escravização dos corpos racializados, o Brasil se insere em uma posição subordinada e dependente na organização mundial capitalista<sup>19</sup>. Com a ascensão

---

<sup>15</sup> HAUSMAN, William J.; HERTNER, Peter; WILKINS, Mira. **Global Electrification: multinational enterprise and international finance in the history of light and power, 1878-2007**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008, p. 47 e 83.

<sup>16</sup> LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 69.

<sup>17</sup> HAUSMAN, William J.; HERTNER, Peter; WILKINS, Mira. **Global Electrification: multinational enterprise and international finance in the history of light and power, 1878-2007**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008, p. 233.

<sup>18</sup> IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 169.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 132.

de Getúlio Vargas ao poder teve-se, pela primeira vez, uma política de nacionalização e aposta na industrialização da economia<sup>20</sup>.

No âmbito internacional, no pós-guerra, foram criadas entidades internacionais, com o objetivo de garantir a “expansão da extração de mais-valor em escala crescentemente internacional, mas também (...) assegurar as condições socioeconômicas, políticas e culturais nacionais sob as quais tal extração teria lugar”<sup>21</sup>. Cita-se, como exemplos, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), sendo estes dois últimos componentes do Banco Mundial, que teve participação financeira ativa na construção e expansão das indústrias do setor elétrico na maioria dos países ditos em desenvolvimento<sup>22</sup>.

A profunda imbricação entre a indústria da energia elétrica e os Estados nacionais revela a indissociabilidade entre as esferas política e econômica para a expansão e a manutenção do capital. Também no Brasil o Estado progressivamente passou a intervir no setor<sup>23</sup>, dado que regular e controlar esta indústria se tornaram umas das premissas para o seu desenvolvimento.<sup>24</sup>

O Estado do Rio Grande do Sul, localidade objeto de nosso trabalho, foi pioneiro ao criar a autarquia denominada Comissão Estadual de Energia Elétrica, em 1943, desenvolvendo o primeiro Plano de Eletrificação Estadual do país, em 1945<sup>25</sup>. A expansão da eletrificação no Estado, sob a perspectiva do projeto, seria uma forma de alavancar o desenvolvimento econômico e social, visando reduzir as desigualdades<sup>26</sup>.

A experiência gaúcha representou um marco quanto ao planejamento e o desenvolvimento do setor da energia elétrica no Brasil, com uma postura alinhada ao modelo keynesiano, trazendo para a responsabilidade do Estado a condução do serviço e

---

<sup>20</sup> GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 81.

<sup>21</sup> FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2010, p. 162.

<sup>22</sup> COLLIER, Hugh. **Developing electric power**: thirty years of world bank experience. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984, pp. 83-97.

<sup>23</sup> Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. **Candiota**: 40 anos de eletricidade a carvão. Rio de Janeiro, 2001, p. 67.

<sup>24</sup> GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 81.

<sup>25</sup> BICALHO, Ronaldo. **Curto-Circuito 41**: a fantástica construção de um setor elétrico moderno e contemporâneo nos trópicos. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bdizVW-ffPk&list=LL&index=2>. Acesso em: 25 set. 2024.

<sup>26</sup> *Idem*.

concebendo o seu suprimento como um incentivo à atividade econômica<sup>27</sup>. Para efetivar este projeto, o Estado procedeu à encampação de uma série de empresas privadas, centralizando o sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os eletricitários gaúchos, por sua vez, organizaram mobilizações em favor da encampação das empresas privadas, realizando, inclusive, para tanto, 53 dias ininterruptos de greve<sup>28</sup>.

Em 1958, a Comissão Estadual “atendia a quase totalidade do interior do Rio Grande do Sul e fornecia por volta de 70% da energia elétrica de Porto Alegre”, o que desvelou a precariedade do serviço anteriormente fornecido pelas empresas privadas, bem como os lucros exorbitantes por elas obtidos. Cite-se, por exemplo, a sucursal da companhia American & Foreign Power Company, em Porto Alegre, que, em 1963, cobrava dos consumidores tarifas três vezes mais altas que as do serviço público.

A experiência se replicou em âmbito nacional, com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, em 1962. O seu projeto tinha como finalidade a implantação de um parque industrial contendo toda a cadeia produtiva do setor elétrico, alinhado à política industrial de substituição de importações<sup>29</sup>. Para por em prática tais determinações, estava previsto, também, um amplo programa de capacitação de pessoal para o setor elétrico. Assim, espelhando a construção e consolidação das empresas estatais de energia elétrica, também a categoria dos eletricitários foi construída e consolidada, intimamente ligada ao projeto nacional.

Com a progressiva complexificação tecnológica nos países centrais, começou a ocorrer o repasse “para a América Latina [d]a tecnologia obsoleta que por conta da alta concorrência no centro não poderia mais ser utilizada”<sup>30</sup>. A expansão industrial brasileira, portanto, em uma nova forma, sustentou o aprofundamento da industrialização dos países “desenvolvidos”, pois a importação da tecnologia oportunizava a reciclagem de seus capitais constantes, logrando alcançar taxas de lucros até maiores, mesmo que com equipamentos defasados, tendo em vista o baixo valor da

---

<sup>27</sup> GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 101.

<sup>28</sup> SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Nossa história**. Disponível em: <https://www.senergisul.com.br/historia>. Acesso em: 17 set. 2024.

<sup>29</sup> GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 104.

<sup>30</sup> TELES, Gabriela Caramuru. **A TECNOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE**: a superexploração da força de trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017, p. 106.

mão de obra e das matérias primas locais. Para além da assunção, pelo Estado brasileiro, desta indústria caracterizada pelo uso intensivo de capital e de sua imobilização por um longo período, este capital público desvalorizado contribuía para a valorização do capital privado. A política industrial brasileira, principalmente na época da ditadura empresarial-militar, determinava a venda da energia elétrica a baixos valores como forma de subvencionar certos setores de produção capitalista, tais como o do alumínio<sup>31</sup>.

Ainda, cabe mencionar a utilização das empresas estatais de energia para atender as diretrizes econômicas do governo no período. Com efeito, “o setor elétrico foi usado como captador de recursos externos, bem como para controle da inflação com forte contenção de suas tarifas”<sup>32</sup>, o que revela o peso econômico e político destas empresas.

Em suma, em um movimento contraditório, o desenvolvimento da indústria da energia elétrica nacional apresenta elementos importantes para a compreensão do próprio desenvolvimento capitalista do país. Observa-se que, ao mesmo tempo em que houve avanço significativo do parque tecnológico brasileiro, com o fortalecimento do Estado, este avanço também significou a reafirmação da posição de dependência, com a importação de maquinaria defasada dos países centrais e a subvenção das tarifas de consumo de energia para o desenvolvimento de outros setores econômicos, inclusive os dominados por grandes corporações internacionais.

#### **4. Um olhar para os efeitos da política de desmanche do Estado no exemplo da privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).**

Estabelecidas as premissas para a construção e consolidação do sistema de energia brasileiro, e, especificamente, o gaúcho, cumpre analisar de que maneira a privatização CEEE desvela o caráter colonial-escravista do capitalismo brasileiro e o aprofundamento de suas contradições e de suas impossibilidades, em seu estágio atual. Considerando que o “fenômeno indica a sua essência e, ao mesmo tempo, a esconde”<sup>33</sup>, a análise do movimento da privatização servirá como fio condutor para fazer perceber, para além das suas consequências evidentes, as determinantes causadoras do fenômeno, oriundas da profunda crise na qual se encontra o capital, desde a década de 1970.

---

<sup>31</sup> GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 105-13.

<sup>32</sup> QUEIROZ, Renato. O setor elétrico brasileiro e suas incertezas. **Boletim Infopetro**: Análise de Conjuntura das Indústrias de Petróleo e Gás, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 23-29, set/out. 2015, p. 25.

<sup>33</sup> BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 39.

Em fins da década de 1960 e início da década de 1970, ocorreu uma série de fatores tais como a explosão da dívida pública estadunidense e seu crescente déficit da balança de pagamentos, estagnação e inflação elevadas generalizadas e o choque do petróleo em 1973, que desembocaram na economia do endividamento. Houve, pois, avanço do capital financeiro, cujo predomínio se revela “na extração da mais valia presente e futura dos trabalhadores, para alimentar as expectativas de lucratividade das empresas, segundo padrões internacionais que parametram o mercado financeiro”<sup>34</sup>.

O reflexo é a pressão crescente da liberalização das economias e retornos financeiros a prazos cada vez mais curtos, que permitam a circulação livre do capital. Para tanto, foram impostos mecanismos de ampliação da taxa de exploração que se revelam no desmanche dos Estados (redução da participação econômica ativa dos Estados); na precarização do trabalho (informalização, aumento de jornada sem aumento de salário, aumento da produtividade, estabelecimento de metas e de concorrência entre empregados)<sup>35</sup>; e no aprofundamento da crise climática, diante da incapacidade do capital de lidar a longo prazo com fontes de energias sustentáveis<sup>36</sup>.

O mencionado contexto econômico mundial de crise a partir da década de 1970 contribuiu para a ampliação do papel do Banco Mundial no financiamento externo, aumentando, também, a sua capacidade de intervenção na política econômica dos países em desenvolvimento. Com a orientação voltada para a liberalização das economias, o Banco Mundial passou a estimular o ajustamento das forças de mercado no setor elétrico, o que implicava no aumento da participação do investimento privado, com o fomento da concorrência e da privatização das empresas públicas<sup>37</sup>.

O que ocorria na indústria da energia elétrica a nível global, e que o Banco Mundial buscava reproduzir a nível nacional, foi a transformação da energia elétrica de serviço para mercadoria commoditizada, sujeita aos ditames do mercado financeiro. Perdia-se a concepção do manejo da energia elétrica enquanto instrumento de desenvolvimento social para abrir um novo mercado especulativo internacional.

O processo de desestatização das empresas de energia elétrica brasileiras iniciou em 1995, com a Lei de Concessões de Serviços Públicos (Lei n. 8.987/95). Sucedeu-se,

---

<sup>34</sup> IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 113.

<sup>35</sup> *Idem*.

<sup>36</sup> FERRAZ, Clarice. Transição energética e reforma do mercado de eletricidade. **Boletim Infopetro**: Análise de Conjuntura das Indústrias de Petróleo e Gás, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 23-29, set/out. 2015.

<sup>37</sup> PINTO JUNIOR, Helder Queiroz. As novas diretrizes do Banco Mundial para o setor de energia. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-5, jan. 1995.

então, a uma intensa fragmentação, com a desverticalização das companhias nos setores de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Este modelo garante a individualização e a competição na área, permitindo a inserção de um maior número de empresas privadas e um giro mais rápido de capitais, dado que cada fração passa a ser um empreendimento separado<sup>38</sup>. Aliado a isso, houve perda significativa na capacidade de planejamento energético a longo prazo, função agora realizada por uma miríade de órgãos e agências estatais em conjunto ao setor privado. Considerando a ausência de um planejamento centralizado, o início do período das privatizações das empresas estatais de energia elétrica foi marcado por uma coordenação ineficiente e insuficiente<sup>39</sup>.

O resultado da implantação deste modelo de mercado “provocou o maior racionamento energético da história mundial em tempos de paz, equivalente a 25% do consumo”<sup>40</sup>: o apagão de 2001. Com efeito,

A contradição essencial de ter um sistema concebido e construído para funcionar como um sistema único, integrado, coordenado e otimizado centralmente, por um lado, e uma proposta de descentralização, fragmentação e exercício competitivo de uma autonomia individual, por outro, gerou uma equação impossível de ser resolvida sem o sacrifício de um dos lados. O resultado foi a implosão do sistema por dentro a partir de inconsistências insustentáveis.<sup>41</sup>

Assim, conquanto o monopólio estatal de energia elétrica fosse evitado de contradições e garantisse a soberania estatal brasileira apenas até certo limite, ainda sim continha um planejamento voltado aos interesses internos, com a preocupação de expansão do setor, sua interligação e otimização. A criação da Eletrobrás trazia, em sua concepção, pilares como a capacitação profissional e o desenvolvimento de técnicas especializadas, adaptadas à geografia e à natureza brasileiras<sup>42</sup>.

Após o apagão de 2001, houve nova reforma no setor elétrico, de modo a garantir uma organização “híbrida”, combinando atuação estatal regulatória e a atuação privada mediante concorrência. Contudo, este sistema misto, “promove um comportamento geral do mercado de energia que provoca desequilíbrios cíclicos entre

---

<sup>38</sup> MARANHO, Soniamara. **Estado e capital**: uma análise do processo de privatização do setor elétrico (1995-2002). 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", São Paulo, 2016, p. 65.

<sup>39</sup> CYPRIANO, Juliana Jonas. **O PAPEL DO ESTADO NA COORDENAÇÃO DE ESTRUTURAS HÍBRIDAS**: estudo do setor de geração hidrelétrica brasileiro. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 74.

<sup>40</sup> BICALHO, Ronaldo. A modernização do setor elétrico brasileiro. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. especial, p. 45-51, nov. 2020, p. 47.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 48.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 59.

oferta e demanda em função de condições conjunturais e que não favorecem a utilização mais eficiente dos recursos energéticos”<sup>43</sup>. Nada obstante, foi mantida a lógica das privatizações do setor elétrico, com a constante entrega dos ativos do setor elétrico público à iniciativa privada.

A perda da soberania estatal se reflete, portanto, na perda da capacidade de planejamento estatal no setor. Considerando que as empresas privatizadas foram assumidas por grandes corporações internacionais ligadas ao mercado financeiro<sup>44</sup>, e considerando a lógica do capital rentista, as empresas têm sua atuação limitada à busca de formas de obter maiores retornos em um espaço cada vez menor de tempo, sob a lógica de que o “dinheiro por si só é capaz de gerar mais dinheiro”<sup>45</sup>.

Nesta transformação estrutural, o Estado passa ao mero gerenciamento e regulamento do mercado privado. Sob orientação dos mecanismos financeiros internacionais, há respaldo estatal no “fetichismo dos mercados financeiros, que apresenta finanças como potências autônomas diante das sociedades nacionais, esconde[ndo] o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros”<sup>46</sup>. No caso específico da CEEE, a *holding* Equatorial Energia, responsável pela aquisição de seu braço de distribuição, é também proprietária de empresas em Alagoas, Amapá, Goiás, Maranhão, Pará e Piauí, atendendo 31% do território nacional e 13% dos consumidores. É o 3º maior grupo de distribuição do país em número de clientes. Seus acionistas majoritários são a Opportunity, a GIC, Squadra Investimentos, Canada Pension Plan e Blackrock<sup>47</sup>, que são bancos ou fundos de pensão e investimento, com especial destaque para a Blackrock, um dos maiores agentes do mercado financeiro internacional, cujos ativos extrapolam US\$ 10 trilhões de dólares<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> ARENTZ, Carlos Augusto. **Energia como serviço**: proposta de reestruturação do atendimento da demanda incluindo externalidades. 2014. 306 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 251.

<sup>44</sup> CALCOPIETRO, Vincenzo. **As 41 maiores empresas de energia elétrica no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/11/13/as-maiores-empresas-de-energia-eletrica-do-brasil.g.html>. Acesso em: 06 abr. 2025.

<sup>45</sup> IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 108-109.

<sup>46</sup> *Idem*.

<sup>47</sup> GRUPO EQUATORIAL. **Estrutura acionária**. Disponível em: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estrutura-acionaria/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

<sup>48</sup> BLACKROCK. **2024 Proxy Statement**. Nova Iorque: Blackrock Inc, 2024. Disponível em: [https://s24.q4cdn.com/856567660/files/doc\\_financials/2024/ar/2024-Proxy-Statement\\_vF.pdf](https://s24.q4cdn.com/856567660/files/doc_financials/2024/ar/2024-Proxy-Statement_vF.pdf). Acesso em: 03 abr. 2025.

A CEEE-D, vendida para a Equatorial Energia em 2021, foi arrematada em leilão com lance único, por apenas R\$100.000,00. Os defensores da venda afirmaram que o ente privado estaria assumindo o passivo de R\$1,7 bilhão, oriundo de dívida do ICMS. Contudo, à Equatorial foi concedido o benefício de parcelamento da dívida por 15 anos<sup>49</sup>. Com o pretexto de que somente sob o controle da iniciativa privada seria possível o aumento da qualidade, a empresa privatizada apresentou o pior registro da série histórica<sup>50</sup>. Nada obstante, o Grupo Equatorial havia registrado, em 2023, lucro de R\$ 2 bilhões, em um aumento de 20,6% em comparação ao ano anterior<sup>51</sup>.

Essa é uma lógica de destituição do controle do Estado, por meio de investimento privado “realizado através da captação de recursos públicos, disponibilizados por bancos e fundos estatais, e não a partir de capital propriamente privado”<sup>52</sup>. Isto permite concluir que nem os investimentos privados prometidos são, efetivamente, privados, de tal sorte que os grandes grupos internacionais detentores da maioria da indústria da energia elétrica ganham nas duas pontas.

O exemplo concreto deste setor demonstra como o controle de um setor econômico de tamanha relevância estratégica se encontra concentrado nas mãos de grandes corporações internacionais financeiras. E, como aponta Fontes,

Essa concentração impulsiona relações sociais de tipo capitalista, exasperando suas contradições fundamentais a patamares dramáticos, através de uma enorme variedade de formas de expropriação, tornando a própria humanidade, em seu sentido mais literal e biológico, refém da propriedade do capital e de sua imperiosa necessidade de tudo converter em mercadoria, de maneira a assegurar sua própria existência. Massas incontáveis de capital fictício, estreitamente coligadas com as demais formas do capital, promovem intensa destruição social, ambiental e humana ao perseguirem e inventarem

---

<sup>49</sup> VIECELI, Leonardo. Em leilão com lance único, CEEE-D é vendida para Equatorial Energia. **Zero Hora**. Porto Alegre. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/em-leilao-com-lance-unico-ceee-d-e-vendida-para-equatorial-energia-ckmxd1p31000g016uoght2bhy.html#:~:text=A%20parcela%20referente%20ao%20ICMS,de%20controle%20da%20CEEE%2DD>. Acesso em: 09 abr. 2025.

<sup>50</sup> EGÍDIO, Paulo. Com pior resultado da série histórica, CEEE Equatorial é a última colocada no ranking de distribuidoras de energia em 2024. **Zero Hora**. Porto Alegre. abr. 2025. Disponível em: Com pior resultado da série histórica, CEEE Equatorial é a última colocada no ranking de distribuidoras de energia em 2024. Acesso em: 09 abr. 2025.

<sup>51</sup> [HTTPS://WWW.CANALENERGIA.COM.BR/NOTICIAS/53274270/EQUATORIAL-TEM-LUCRO-DE-R-2-BIHOES-EM-2023#:~:TEXT=O%20LUCRO%20AJUSTADO%20FICOU%20EM,1%2C8%20BILH%C3%A3O%20DE%202022](https://www.canalenergia.com.br/noticias/53274270/EQUATORIAL-TEM-LUCRO-DE-R-2-BIHOES-EM-2023#:~:TEXT=O%20LUCRO%20AJUSTADO%20FICOU%20EM,1%2C8%20BILH%C3%A3O%20DE%202022). **Canal Energia**. São Paulo. mar. 2024. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53274270/equatorial-tem-lucro-de-r-2-bihoes-em-2023#:~:text=O%20Lucro%20ajustado%20ficou%20em,1%2C8%20bilh%C3%A3o%20de%202022..> Acesso em: 09 abr. 2025.

<sup>52</sup> FERRAZ, Clarice. O Brasil e os objetivos de desenvolvimento sustentável para a energia (ODS 7). **Boletim Infopetro**: Análise de Conjuntura das Indústrias de Petróleo e Gás, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 39-45, mar-abr. 2015.

maneiras de converter a atividade humana em trabalho, ou seja, em forma de extração de mais-valor.<sup>53</sup>

Conquanto a conformação do Estado para a garantia da plena movimentação e funcionamento do capital não represente, *a priori*, um estado de crise, as circunstâncias atuais revelam uma crise estrutural. A contínua liberação de todos os setores da produção e reprodução humana para a circulação do capital se encontra numa tendência destrutiva. A crise estrutural se manifesta no fato de que “não há instrumento concebível dentro do quadro de referência estrutural do próprio sistema do capital mediante a qual o sistema pudesse ser posto sob controle duradouro”<sup>54</sup>.

No caso do Rio Grande do Sul, ainda que o Estado tenha vendido a imensa maioria de seus ativos da indústria da energia elétrica, o capital aportado pela empresa privada não logrou resolver o problema do endividamento, muito menos a qualidade no fornecimento do serviço. Ao contrário, houve uma desorganização do aparelho estatal, com a diminuição da força e da organicidade dos sistemas de desenvolvimento, deixando o Estado “sem um projeto consistente de desenvolvimento, assim como sem um vigoroso sistema de ciência e tecnologia”<sup>55</sup>.

Por fim, se a liberalização da economia significa a repactuação da posição dependente do país, esta dependência se encontra estruturada na hierarquização racial e étnica<sup>56</sup>. Considerando o profundo processo de racialização dos corpos, o aprofundamento da financeirização da economia e das consequências da privatização da indústria da energia elétrica irá impactar de forma diferente os diferentes grupos sociais, atingindo com mais força as mulheres e as pessoas negras em geral.

## **5. O caráter colonial-escravista: descompromisso com o desenvolvimento social e ambiental**

Para além da crise do Estado, a privatização do setor elétrico brasileiro se desdobra em uma crise nas relações de trabalho. Novamente retoma-se a ligação indissociável entre a indústria da energia elétrica e o próprio capitalismo, de tal sorte

---

<sup>53</sup> FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2010, p. 303.

<sup>54</sup> MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do estado. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 136.

<sup>55</sup> VIEIRA, José Paulo. **Energia elétrica como antimercadoria e a sua metamorfose no Brasil**: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias. 2005. 209 f. Tese (Doutorado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 68.

<sup>56</sup> SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. FapUNIFESP (SciELO), p. 22.

que, as imensas rupturas no setor, no que tange à sua estruturação econômica, se desmembram nas rupturas existentes em outras esferas da sociabilidade. Em que pese a garantia de melhores condições de trabalho pelas empresas estatais não fosse um objetivo central, isto era possibilitado pelo fato de grande parte dos rendimentos arrecadados pelo setor serem reinvestidos no próprio setor, incluindo os salários e as condições de trabalho em geral<sup>57</sup>. Com a nova orientação do setor, esta característica foi perdida.

A liberalização da indústria teve como um dos pilares a demissão em massa dos trabalhadores: “a reestruturação produziu a eliminação de seis postos de trabalho a cada 10, entre os anos 1993 e 2000”<sup>58</sup>. Na CEEE-D, vendida em 2020, após o grupo Equatorial Energia assumir o controle, foi ofertado um Plano de Demissão Voluntária que resultou na perda de 46% do quadro de empregados, com a substituição da força de trabalho por meio de empregados terceirizados<sup>59</sup>.

A redução drástica do quadro de empregados efetivos representa a perda inestimável de mão de obra qualificada e especializada às particularidades existentes nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia brasileiros. Com a demissão destes trabalhadores, perde-se o conhecimento profundo do setor e, em última instância, a capacidade de implantação de melhorias, de forma eficaz, na área. Até a década de 1990, aponta Maranhão que “a média nacional anual de produção de eletricidade por trabalhador era de 1,3 GWh/trabalhador, após a privatização, a média nacional saltou para 3,5 GWh/trabalhador”<sup>60</sup>. Os dados indicam um processo de ganho de produtividade com base na intensificação do trabalho, com menos empregados para realizar o mesmo volume de trabalho e um aumento expressivo da jornada de trabalho.

A par da queda no número de empregados efetivos das companhias, há um aumento proporcional dos empregados terceirizados. Conforme dados oriundos da

---

<sup>57</sup> MARANHÃO, Soniamara. **Estado e capital**: uma análise do processo de privatização do setor elétrico (1995-2002). 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", São Paulo, 2016, p. 46.

<sup>58</sup> GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 195.

<sup>59</sup> JULIANI, Denise. CEEE-D encerra PDV com custo de R\$ 146 milhões. **Valor Econômico**. São Paulo. out. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/10/23/ceee-d-encerra-pdv-com-custo-de-r-145-milhoes.ght> ml. Acesso em: 03 abr. 2025.

<sup>60</sup> MARANHÃO, Soniamara. **Estado e capital**: uma análise do processo de privatização do setor elétrico (1995-2002). 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", São Paulo, 2016, p. 81.

ANEEL, “entre 2009 e 2018, a quantidade de acidentes fatais com trabalhadores terceirizados do setor elétrico brasileiro foi 5 vezes maior que os envolvendo trabalhadores do quadro próprio das empresas”<sup>61</sup>. Estes trabalhadores recebem menos treinamentos, realizam jornadas de trabalho mais extensas, percebem salários menores e estão mais suscetíveis à ocorrência de acidentes de trabalho.

Os índices de acidentes de trabalho fatais entre os trabalhadores terceirizados do setor elétrico são elevadíssimos, seja em comparação ao de trabalhadores próprios das empresas terceirizantes, seja em comparação a média nacional. Entre 2003 e 2012, o número de acidentes fatais envolvendo os terceirizados foi 5,33 vezes maior do que com o quadro efetivo. Ainda, contabilizando todos os trabalhadores do setor, em uma média anual, o Brasil, em números absolutos, tem a quantidade de acidentes de trabalho fatais no setor elétrico em duas vezes superior à média estadunidense, que conta com população maior que a brasileira<sup>62</sup>.

Os dados evidenciam que a reestruturação teve impactos diretos e extremamente graves à fração da classe trabalhadora empregada no setor. A avidez e pressão dos grandes entes financeiros, acionistas majoritários da maioria das companhias de energia elétrica privatizadas no Brasil, se traduz no aumento da taxa de exploração do trabalho dos eletricitários e na redução de mecanismos que garantem a higidez do meio ambiente de trabalho. Em outras palavras, a privatização do setor elétrico, visando atender às demandas do capital internacional, tornou o setor uma máquina de moer trabalhadores.

Isto revela, também, outra camada da crise do Estado, em interconexão com a crise das relações de trabalho: as determinações políticas de proteção do trabalho, na prática, têm sua efetividade atenuada, de modo que o Estado, reorientado aos preceitos neoliberais de máxima liberdade aos fluxos de capitais, não tem interesse e talvez sequer tenha capacidade de impor as normas de direito do trabalho e previdenciário.

Por outro lado, considerando que a indústria da energia elétrica conta com uma infraestrutura de enorme magnitude, os seus impactos no meio ambiente não são desprezíveis. A privatização do setor, para além de retirar do Estado a capacidade de desenvolvimento a longo prazo, o que prejudica a transição energética do país, tem, no

---

<sup>61</sup> BRAUNERT, Mariana Bettega; FIGUEIREDO, Igor Silva. DIMENSÕES DA TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIIDADE DO TRABALHO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. *Caderno Crh*, [S.L.], v. 34, p. 1-16, 15 set. 2021. Universidade Federal da Bahia, p. 11.

<sup>62</sup> COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **Terceirização**: máquina de moer gente. São Paulo: LTr, 2015, p. 194-5.

seu movimento de busca por redução de custos e aumento de lucros, componente de potencialização das catástrofes climáticas.

O Brasil tem uma base energética diferenciada: sua matriz é composta principalmente pela fonte de energia hidrelétrica, chegando a representar 89,4% do total em 1973<sup>63</sup>. A capacidade instalada não chega a representar 30% do potencial hidrelétrico do país, havendo pressões das grandes companhias privadas para a expansão deste potencial. Entretanto, metade do potencial hidrelétrico não aproveitado se encontra na região da Amazônia<sup>64</sup>, o que esbarra em questões sócio-ambientais, principalmente com relação aos povos originários que vivem na região, bem como à preservação da biodiversidade. Portanto, o licenciamento ambiental para a construção de uma usina hidrelétrica se torna mais complexo. As empresas privadas, para garantirem seus lucros, voltam-se à construção de usinas térmicas, que contam com processo de liberação mais célere<sup>65</sup>.

Assim, o que tem se observado é a progressiva carbonização da matriz energética brasileira<sup>66</sup>. Ocorre que a utilização de energia térmica, oriunda da queima de carvão, com emissão de gases poluentes, é uma das principais causas do aumento da temperatura global. Verifica-se, então, que a privatização da indústria da energia elétrica, ao contribuir para a crise do Estado brasileiro, teve, como desdobramento, o agravamento da crise climática. Estando o setor sob controle das grandes corporações financeiras, que imprimem no Estado as suas orientações político-econômicas, não há espaço para a realização de uma transição energética justa, considerando os seus custos e a necessidade de planejamento a longo prazo.

A lógica de fluxo contínuo de lucros e de pagamento de dividendos aos acionistas destas grandes corporações não comporta a realização de um projeto de geração de energia elétrica que respeite as dimensões sócio-ambientais no local em que se insira, que faça uso das fontes renováveis e forneça energia elétrica de forma

---

<sup>63</sup> CYPRIANO, Juliana Jonas. **O PAPEL DO ESTADO NA COORDENAÇÃO DE ESTRUTURAS HÍBRIDAS**: estudo do setor de geração hidrelétrica brasileiro. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 70.

<sup>64</sup> BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, [S.L.], v. 21, n. 59, p. 139-153, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO), p. 140.

<sup>65</sup> CYPRIANO, Juliana Jonas. **O PAPEL DO ESTADO NA COORDENAÇÃO DE ESTRUTURAS HÍBRIDAS**: estudo do setor de geração hidrelétrica brasileiro. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 99.

<sup>66</sup> FERRAZ, Clarice. A reforma do setor elétrico: o Brasil na contramão do desenvolvimento sustentável. *Boletim Infopetro*: Análise de Conjuntura das Indústrias de Petróleo e Gás, Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, p. 47-53, mai-jun 2017, p. 48.

confiável e estável. Ao contrário, esta implica na busca por formas de reduzir os custos da produção, o que representa o progressivo uso de usinas termelétricas, em um movimento contrário às necessidades humanas e ambientais. O estado do Rio Grande do Sul vivenciou as consequências materiais dessa escolha política, com uma enchente histórica em 2024, precedida e sucedida por eventos climáticos cada vez mais extremos e incontroláveis.

A progressiva precariedade do fornecimento de energia, como mencionado anteriormente, a população se vê refém da empresa privada, tornando-se necessária a instalação de geradores em uma série de estabelecimentos públicos e privados. Estes geradores são alimentados a diesel, outro combustível responsável pela emissão de gases do efeito estufa. Veja-se, então, que o rompimento do pacto social existente a partir do compromisso do Estado com o fornecimento da energia elétrica representa a necessidade de busca por soluções individualizadas, bem como o uso de recursos mais poluentes, o que vai na contramão das discussões acerca da transição energética.

Em realidade, a precarização das condições de trabalho que a privatização promove é uma face da mesma questão social que faz perceber a contribuição dessa política de desmanche para o agravamento da emergência ambiental. A efetividade dos direitos trabalhistas não garante consciência ambiental nem política, mas constitui condição de possibilidade para que um outro modo de viver seja possível, já que o discurso trabalhista define o limite material necessário para permitir que haja vida além do trabalho. Se a destruição ambiental é efetivamente resultado de nossas escolhas coletivas, ter condições materiais de existência é essencial para que seja possível alterar a rota, enquanto ainda há tempo.

Enquanto precariza condições de trabalho, a atual forma privatizada de gerir um recurso essencial como a energia elétrica contribui - ainda mais - para a destruição da vida. Com isso, aumenta a vulnerabilidade social. A cada novo evento climático de “grande impacto”, os moradores da cidade de Porto Alegre e região passaram a conviver, desde a privatização, com quedas de energia mais frequentes e por períodos mais longos. Retomando o argumento inicial do presente artigo, considerando a centralidade estratégica da energia elétrica, a precarização de seu serviço significa vulnerar ainda mais a população que já se encontra vulnerabilizada pelos efeitos das catástrofes climáticas. Daí seu caráter colonial e escravista, pois são sempre os mesmos corpos que sofrem os efeitos de escolhas feitas para acumular ainda mais capital nas mesmas mãos.

## 6. Conclusão

A energia elétrica tornou-se, ao longo dos séculos de consolidação e aprofundamento das características do capitalismo, uma condição de possibilidade para existência minimamente digna. Ainda assim, tem sido produzida e distribuída de forma desigual e contrária à preservação da vida humana e não-humana.

O caráter colonial-escravista do capitalismo pós-invasão das Américas também pode ser percebido a partir do exemplo concreto da privatização da CEEE. Foi o que pretendemos demonstrar neste artigo.

O repasse da atividade de distribuir energia elétrica a uma empresa privada, por valor irrisório, não representa apenas uma opção econômica. Reflete uma posição política muito nítida, de aposta no poder privado do capital, na acumulação da renda nas mãos de poucos e na precarização e, portanto, vulnerabilidade cada vez maior dos corpos racializados e marginalizados.

O movimento de privatização das empresas que se especializaram no fornecimento deste produto constitui, de certo modo, um exemplo simbólico de mais uma mudança de estratégia do capital, para sugar trabalho e destruir o que está ao seu redor. Dentro de uma compreensão materialista de realidade histórica, tratar da privatização da CEEE é discutir a questão social e ambiental, revelando a necessidade não apenas de mudança nessas escolhas políticas, mas especialmente na urgência de transformação social mais profunda, para que haja uma outra sociabilidade, capaz de produzir e distribuir o que precisamos para viver (aí incluída a energia elétrica) de forma sustentável e solidária.

## 7. Referências bibliográficas

ARENTZ, Carlos Augusto. **Energia como serviço**: proposta de reestruturação do atendimento da demanda incluindo externalidades. 2014. 306 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 21, n. 59, p. 139-153, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

BICALHO, Ronaldo. **Curto-Circuito 41**: a fantástica construção de um setor elétrico moderno e contemporâneo nos trópicos. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bdizVW-ffPk&list=LL&index=2>. Acesso em: 25 set. 2024.

BICALHO, Ronaldo. A modernização do setor elétrico brasileiro. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. especial, p. 45-51, nov. 2020.

BLACKROCK. **2024 Proxy Statement**. Nova Iorque: Blackrock Inc, 2024. Disponível em: [https://s24.q4cdn.com/856567660/files/doc\\_financials/2024/ar/2024-Proxy-Statement\\_vF.pdf](https://s24.q4cdn.com/856567660/files/doc_financials/2024/ar/2024-Proxy-Statement_vF.pdf). Acesso em: 03 abr. 2025.

BRANDES, Marcela. Moradores da vila Cruzeiro protestam contra falta de energia e enfrentam repressão policial em Porto Alegre (RS). **Brasil de Fato**. Porto Alegre. abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/03/moradores-da-vila-cruzeiro-protestam-contr-a-falta-de-energia-e-enfrentam-repressao-policial-em-porto-alegre-rs/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

BRAUNERT, Mariana Bettega; FIGUEIREDO, Igor Silva. DIMENSÕES DA TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIIDADE DO TRABALHO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. **Caderno Crh**, [S.L.], v. 34, p. 1-16, 15 set. 2021. Universidade Federal da Bahia.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó**: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. **Candiota**: 40 anos de eletricidade a carvão. Rio de Janeiro, 2001.

COLLIER, Hugh. **Developing electric power**: thirty years of World Bank experience. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **Terceirização**: máquina de moer gente. São Paulo: LTr, 2015.

CYPRIANO, Juliana Jonas. **O PAPEL DO ESTADO NA COORDENAÇÃO DE ESTRUTURAS HÍBRIDAS**: estudo do setor de geração hidrelétrica brasileiro. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERRAZ, Clarice. O Brasil e os objetivos de desenvolvimento sustentável para a energia (ODS 7). **Boletim Infopetro**: Análise de Conjuntura das Indústrias de Petróleo e Gás, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 39-45, mar-abr. 2015.

FERRAZ, Clarice. Transição energética e reforma do mercado de eletricidade. **Boletim Infopetro**: Análise de Conjuntura das Indústrias de Petróleo e Gás, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 23-29, set/out. 2015.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?. 2002. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GRUPO EQUATORIAL. **Estrutura acionária**. Disponível em: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estrutura-acionaria/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

GRUPO EQUATORIAL. **Sobre o grupo**. Disponível em: <https://www.equatorialenergia.com.br/grupo-equatorial/sobre-o-grupo/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

HAUSMAN, William J.; HERTNER, Peter; WILKINS, Mira. **Global Electrification**: multinational enterprise and international finance in the history of light and power, 1878-007. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008.

HUGHES, Thomas P. **Networks of Power**: electrification in western societies, 1880-1930. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JULIANI, Denise. CEEE-D encerra PDV com custo de R\$ 146 milhões. **Valor Econômico**. São Paulo. out. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/10/23/ceee-d-encerra-pdv-com-custo-de-r-145-milhoes.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2025.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Lenin's Collected Works**. 4. ed. Moscou: Progress Publishers, 1965.

MARANHO, Soniamara. **Estado e capital**: uma análise do processo de privatização do setor elétrico (1995-2002). 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", São Paulo, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000. Organização e apresentação de Emir Sader.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do estado. São Paulo: Boitempo, 2021.

PINTO JUNIOR, Helder Queiroz. As novas diretrizes do Banco Mundial para o setor de energia. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-5, jan. 1995.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

QUEIROZ, Renato. O setor elétrico brasileiro e suas incertezas. **Boletim Infopetro**: Análise de Conjuntura das Indústrias de Petróleo e Gás, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 23-29, set/out. 2015.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Privatização, reestruturação e mudanças nas condições de trabalho: o caso do setor de energia elétrica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 5, p. 19-36, 2002.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. FapUNIFESP (SciELO).

TELES, Gabriela Caramuru. **A TECNOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE**: a superexploração da força de trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VIECELI, Leonardo. Em leilão com lance único, CEEE-D é vendida para Equatorial Energia. **Zero Hora**. Porto Alegre. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/03/em-leilao-com-lance-unico-ceee-d-e-vendida-para-equatorial-energia-ckmxd1p31000g016uoght2bhy.html#:~:text=A%20parcela%20referente%20ao%20ICMS,de%20controle%20da%20CEEE%2DD>. Acesso em: 09 abr. 2025.

VIEIRA, José Paulo. **Energia elétrica como antimercadoria e a sua metamorfose no Brasil**: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias. 2005. 209 f. Tese (Doutorado) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.